



---

**ATA DA VII REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEA GESTÃO 2007-2009**

**29 de outubro de 2008**

1 Às nove horas de vinte e nove de outubro do ano de dois mil e oito, no Auditório do Anexo  
2 do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi realizada a  
3 VII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -  
4 CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído através da Lei  
5 nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei 11.346, de 15  
6 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de novembro de 2007.  
7 A lista de presença encontra-se anexa. Pauta da reunião: 1. Abertura, Aprovação da Ata da  
8 VI Plenária e da Pauta da VII Plenária – 9h às 9:15; 2. Informes – 9:15 a 9:30; 3. Modelo  
9 agroalimentar e a produção dos agrocombustíveis: questões e impactos na soberania e  
10 Segurança Alimentar e Nutricional. 3.1. Exposição de representante da Câmara  
11 Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) – 9:30 às 9:50 – 3.2.  
12 Exposição do Senhor Arthur Henrique da Silva Santos – Presidente Nacional da CUT e  
13 coordenador do GT de Bioenergia do Conselho de Desenvolvimento Econômico e social  
14 (CDES) – 9:50h às 10:10h. 3.3 Apresentação do documento da CP 2 do CONSEA sobre o  
15 tema – 10:10 às 10:30. 3.4. Debates e Encaminhamentos – 10:30 às 12:00. 4. Informes  
16 sobre o Orçamento da Segurança Alimentar e Nutricional: Balanço das Propostas do  
17 CONSEA ao PLOA 2009 e Execução Orçamentária de 2008 – 12:00 às 12:30. 5. Terra e  
18 Direitos Patrimoniais na ótica da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional. 5.1.  
19 Exposição de representante da fundação Nacional do índio (FUNAI) – 14:00 às 14:20. 5.2.  
20 Exposição de representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
21 (INCRA) – 14:20 às 14:40. 5.3. Apresentação do Documento da CP 5 e 6 do CONSEA  
22 sobre o tema – 14:40 às 15:00. 5.4 Debates e Encaminhamentos – 16:30 às 17:30. 7  
23 Encerramento – 17:30. A Plenária teve início com o Presidente do CONSEA, Renato  
24 Maluf, dando boas-vindas aos presentes e convidando a compor a Mesa a Ministra Interina  
25 de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Arlete Sampaio, representando o Ministro  
26 Patrus Ananias. **1.** Aprovação da Ata da VI Plenária e da Pauta da VII Plenária. A  
27 apreciação e votação da Ata da VI Reunião do CONSEA não pode ser realizada porque a  
28 mesma não ficou pronta em tempo hábil de ser enviada com antecedência aos membros do  
29 Conselho. Passou-se à apreciação da Pauta da VII Plenária do CONSEA, que foi mantida  
30 como apresentada. **2.** Informes: (i) O Presidente informou que a Sr.<sup>a</sup> Carmem Priscila  
31 Bocchi é a nova Coordenadora da Secretaria. (ii) Informou a confirmação de audiência com  
32 o Ministério da Educação, provavelmente dia 13 de novembro, para construção de uma  
33 agenda entre o Ministério e o CONSEA para além da agenda convencional existente. (iii)  
34 Informou que obteve informações com o Deputado Pedro Wilson e o Deputado Nazareno,  
35 Relator do Projeto de Lei para Alimentação Escolar, que houve a formalização de  
36 requerimento de urgência para apreciação do Projeto na Câmara dos Deputados, mas ainda  
37 não teria conseguido conversar com o Deputado Chinaglia, mas segundo os Deputados,  
38 estariam apenas aguardando a votação de uma MP, provavelmente, sobre finanças e que  
39 tudo indica que o projeto será apreciado diretamente em Plenária, não passando pelas  
40 Comissões. Enfatiza a mobilização que tem sido feita, já tendo obtido 8.500 assinaturas no



41 abaixo-assinado, com o qual estão estudando a possibilidade de se fazer um evento público.  
42 Passada a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra Interina de Estado de Desenvolvimento Social e Combate  
43 à Fome, Arlete Sampaio que: (i) enfatizou a importância, tanto da discussão, quanto das  
44 sugestões que serão feitas para o governo nos dois grandes temas tratados nessa reunião;  
45 (ii) convidou os membros do Conselho para participar do evento de premiação das boas  
46 práticas da gestão do Programa Bolsa Família, que será realizado nos dias 24 e 25 de  
47 novembro, onde ocorrerá também a premiação intitulada Prêmio Josué de Castro, práticas  
48 em gestão de projetos em Segurança Alimentar e Nutricional, em que os membros  
49 poderiam inscrever seus trabalhos para participação até o dia 31 de outubro e iii) desejou a  
50 todos uma boa reunião. **3. Modelo Agroalimentar e a Produção dos Agrocombustíveis:**  
51 questões e impactos na soberania e segurança alimentar e nutricional: O Sr. Renato Maluf  
52 deu início ao tema com a composição da mesa, informando que o CONSEA tem construído  
53 uma interação com o CDES, sendo que este tem sido o principal tema dessa interação.  
54 Informa também que estará participando de uma Mesa organizada pelo CDES em uma  
55 Conferência em Buenos Aires como representante do CONSEA e na Conferência de  
56 Biocombustíveis, que o Governo Brasileiro está organizando em São Paulo, também  
57 representando o CONSEA. Em seguida, passou ao Sr. Arnoldo Campos do MDS,  
58 representando a CAISAN, para que fizesse sua exposição do ponto de vista do Governo. O  
59 Sr. Arnoldo informa que o Governo Federal reconhece a necessidade do debate e que são  
60 preocupações do Governo Federal: Biocombustíveis e segurança alimentar,  
61 Biocombustíveis e sustentabilidade, Biocombustíveis e a questão social, Biocombustíveis e  
62 mercado de terras e Biocombustíveis e agricultura familiar. Quanto à segurança alimentar e  
63 biocombustíveis, de maneira geral a utilização das áreas agrícolas para a produção de  
64 alimentos não foi impactada pela produção de biocombustíveis, segundo dados levantados  
65 pela CONAB e IBGE, que tem mostrado que a produção agrícola no Brasil e a área  
66 plantada de alimentos têm aumentado nos últimos anos, especialmente de 2003 até essa  
67 safra de 2007/2008, sem que se consiga perceber no agregado uma competição entre  
68 alimento e energia. Quanto ao Etanol, existe um movimento forte dentro do Governo de  
69 regulamentação da cadeia produtiva que sempre foi bastante frágil e no setor de  
70 combustível não seria diferente. A regulamentação não está concluída, mas está em curso o  
71 debate interno do Governo e talvez alguns aspectos dessa regulamentação tenham que ir ao  
72 Congresso Nacional, mas os objetivos que estão sendo colocados nos debates são de que se  
73 consiga trabalhar na regulamentação o zoneamento da cana, a preservação de áreas nativas,  
74 seja qual for o bioma, proteção de áreas de produção de alimentos, proibição de cultivo na  
75 Amazônia e Pantanal, direcionamento de políticas públicas, crédito, licenciamento e etc.  
76 Informa também que existe uma Mesa de Diálogo dos trabalhadores, Contag e Feraesp;  
77 empresas, Única e Fórum Nacional; e Governo Federal por meio de vários Ministérios para  
78 discussão de contrato de trabalho, saúde e segurança no trabalho, transparência na aferição  
79 da produção, alojamento, transporte, migração, remuneração, escolaridade e qualificação  
80 profissional, jornada de trabalho e alimentação. Disse que existe ainda uma ação de  
81 ampliação da fiscalização trabalhista nas áreas de cana para formalização do trabalho e  
82 combate ao trabalho degradante. Existe também um debate sobre a certificação sócio-  
83 ambiental que seria uma ação complementar à regulamentação e à mesa de diálogo com  
84 foco na exportação. A criação da Petrobrás Combustível tem por objetivo torná-la líder na  
85 produção de biodiesel e ter uma participação significativa na produção e distribuição de



86 etanol. E outra reflexão que é muito forte dentro do Governo é que a necessidade de  
87 expansão da cultura não é grande em relação à disponibilidade de área do País e as  
88 vantagens econômicas para ampliação da produção de alimentos são maiores para o País do  
89 que apenas expandir cana. Quanto ao Biodiesel, informou ser um programa diferente que  
90 começou efetivamente a ser implantado em 2005, tendo sua obrigatoriedade de uso  
91 estabelecida desde janeiro de 2008. Substitui diesel, que é o principal combustível  
92 brasileiro, em 3%, devendo chegar a 5% até 2013. Existe uma sinergia obrigatória entre  
93 alimento e energia onde as cadeias produtivas são complementares. Existe ainda a criação  
94 do Selo Combustível Social para garantia de participação da agricultura familiar,  
95 construção de acordos entre indústrias e agricultura familiar e de uma política tributária  
96 inovadora com debate dentro do Governo para aperfeiçoamento do programa no que se  
97 refere à ampliação da diversificação de matérias-primas e participação da agricultura  
98 familiar nas regiões Nordeste e Norte. A palavra foi dada ao Sr. Roberto Vizentin do MMA  
99 para complemento sobre a questão do zoneamento. O Sr. Roberto Vizentin informa que  
100 está sendo realizado um zoneamento agroecológico para expansão da produção de cana de  
101 etanol no País, demanda da Casa Civil ao Ministério da Agricultura e Ministério do Meio  
102 Ambiente. Explica que foi executado um primeiro zoneamento, segundo os critérios  
103 apresentados pelo Sr. Arnoldo, que indicou a existência de aproximadamente 65 milhões de  
104 hectares com aptidão para expansão da cana no País, sendo 35 a 40 milhões para pastagens  
105 e 25 a 30 milhões de hectares para agricultura ou agropecuária. Ao ser apresentado o  
106 resultado à Ministra Dilma, ao Ministro Stephanes e ao Ministro Carlos Minc não foi  
107 aceito, em virtude dos dois grandes problemas enfrentados pelo Planeta: i) a questão  
108 ambiental com o aquecimento global e ii) a crise de produção de alimentos, não podendo o  
109 Brasil permitir em hipótese alguma que a atividade ocorra em detrimento da segurança da  
110 produção de alimentos. O zoneamento foi retrabalhado com consenso e orientação seguida  
111 à risca pelo MAPA e pelo MMA e por todos que participaram do zoneamento com um  
112 novo desenho em que as áreas indicadas se restringem única e exclusivamente sobre áreas  
113 ocupadas com pastagens, ou seja, nenhuma área que esteja ocupada com produção de  
114 culturas agrícolas será passível de receber qualquer tipo de incentivo, financiamento ou de  
115 qualquer outro instrumento ou mecanismo de apoio das políticas públicas do Governo  
116 Federal. O novo zoneamento será reapresentado à Ministra Dilma no dia 31 de outubro e  
117 com probabilidade de ser apresentado ao Presidente da República, Luís Inácio Lula da  
118 Silva, no dia 03 de novembro para que seja feito o anúncio do zoneamento na Conferência  
119 Internacional de Bicomcombustíveis, que ocorrerá no dia 17 de novembro em São Paulo.  
120 Informa ainda que se encontra pendente apenas a questão da Bacia do Alto Paraguai, pois  
121 existe a Resolução do CONAMA nº 01 de 1985, que proibiu a expansão da atividade  
122 sucroalcooleira na Bacia do Alto Paraguai, existindo alguns questionamentos a respeito da  
123 pertinência desta proibição. A palavra foi dada ao Sr. Arthur Henrique da Silva Santos da  
124 CUT para falar em nome do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. O Sr.  
125 Arthur Henrique da Silva Santos enfatiza a importância do Estado na regulação e na  
126 condução das questões econômicas, sociais e políticas que são desenvolvidas em qualquer  
127 País. Anuncia a mudança do nome dado ao GT Bioenergia, Etanol, Bioeletricidade e  
128 Biodiesel, que passará a se chamar GT Matriz Energética para o Desenvolvimento com  
129 Equidade e Responsabilidade Sócio-Ambiental, ampliando e introduzindo questões como  
130 petróleo, pré-sal, e, numa segunda etapa, discutir questões climáticas, questão petróleo e



131 continuar a discussão da matriz energética, fontes alternativas de energia, diversificação da  
132 matriz energética. Informa que o GT decidiu, para facilitar a discussão dos assuntos dentro  
133 do Grupo, fazer uma divisão por sete temas: diagnóstico do mercado, zoneamento  
134 econômico e ecológico, certificação e boas práticas, papel do Estado, relações de trabalho,  
135 etanol ambientalmente e socialmente sustentável e fortalecimento do programa nacional de  
136 biodiesel, tendo sido priorizados dois temas: o tema do zoneamento e o tema das relações  
137 de trabalho. Os dois temas foram trabalhados e foi construída uma proposta de  
138 recomendações que será apresentada ao Presidente da República. (PROPOSTA ANEXA).  
139 Informa que os outros cinco temas serão trabalhados no CDES no período da tarde do dia  
140 corrente. A palavra foi dada à Sr.<sup>a</sup> Maria Emília, que fez a leitura na íntegra do documento  
141 elaborado pelo Grupo Agrocombustíveis, que foi constituído no âmbito da Comissão  
142 Permanente 2, do qual ela é Coordenadora. Passada a fase de debates, o Sr. Malaquias  
143 Batista Filho parabeniza a formulação perfeita do documento. O Sr. Ubiraci Dantas de  
144 Oliveira declara que concorda com as colocações feitas pelo Sr. Artur Henrique Santos e  
145 pelo Sr. Arnaldo Campos de não inviabilizar a produção de etanol no Brasil, mas de tomar  
146 todos os cuidados com os trabalhadores, com a nação, com o meio ambiente e etc. Também  
147 propõe fazerem um seminário sobre matrizes energéticas e mudanças climáticas com o  
148 CONSEA e outros Conselhos, podendo aprofundar inclusive a questão da energia nuclear.  
149 O Pastor Werner Fuchs pede para fazer uma correção no documento apresentado, que fora  
150 um equívoco da Comissão, acrescentando nas recomendações, item 5.1, logo após “dentre  
151 outras” o seguinte: “com balanço energético favorável em sua produção”. Informa também  
152 que o Brasil deveria desdobrar melhor o que se entende por “descentralização” e se seria  
153 possível com tecnologia simples gerar energia nas pequenas propriedades rurais ou em  
154 pequenas associações, referindo-se aos itens 5.3 e 5.4. O Sr. Milton Rondó Filho diz que  
155 seria importante acrescentar nas Recomendações, Item 5.10, os limites da propriedade da  
156 terra, pois o documento que trata disso fora aprovado na Conferência Mundial de Reforma  
157 Agrária e Desenvolvimento Rural de 1979, da qual o Brasil participou chefiado pelo Sr.  
158 Antônio Delfim Neto. O Sr. Carlos Eduardo Leite elogia a elaboração do documento e pede  
159 para que ele seja disponibilizado no site do CONSEA após sua aprovação. Informa que  
160 acha que o debate deve ser feito de forma um pouco mais objetiva, em cima da dimensão  
161 territorial, de uma forma mesoterritorial, pois simplesmente falar que o Brasil está  
162 produzindo e que não tem coincidência na área de produção de alimentos fica muito  
163 genérico. Pede para ser acrescentada uma recomendação no documento para que se faça  
164 uma avaliação mais socializada, um debate com a sociedade, com os movimentos  
165 organizados, com os Conselhos e com o Governo, e uma avaliação do processo de  
166 diminuição da produção de biodiesel da agricultura familiar e as razões dessa diminuição.  
167 Coloca que seria importante criarem um ambiente entre o CDES e o CONSEA para  
168 fazerem um debate de alto nível com o Governo Brasileiro, onde gostaria de ver o Governo  
169 Brasileiro tendo um posicionamento sobre as questões colocadas por ambos os Conselhos  
170 cujas posições, em sua maioria, são coincidentes, especialmente no sentido da revisão do  
171 modelo de produção e consumo, da matriz produtiva brasileira, do apoio à monocultura do  
172 agronegócio em detrimento da agricultura familiar em termos de peso orçamentário. O Dr.  
173 Renato Maluf propõe pensarem duas estratégias: uma ação para estimular os CONSEAs  
174 Estaduais a entrarem nesse debate com mais organicidade e outra para estabelecerem uma  
175 relação do CONDRAF com os coletivos territoriais. O Sr. Alberto Hercílio Broch enfatiza



176 que é preciso estabelecer um debate do chamado marco regulatório para a elaboração do  
177 modelo rural do País, uma vez que a reforma agrária do País está totalmente parada.  
178 Informou também que entende que para enfrentarem melhor o problema das relações de  
179 trabalho seria extremamente importante que o setor industrial pudesse estar aberto para  
180 negociações nacionais. O Sr. Renato Maluf reforça a necessidade da criação de uma agenda  
181 sobre reforma agrária entre o INCRA e o CONSEA. O Sr. Antônio José da Costa sugere  
182 que o documento faça uma referência explícita aos critérios restritivos de zoneamento às  
183 áreas de comunidades tradicionais. O Sr. Dourado Tapeba questiona a existência de terras  
184 para plantação de cana, quando não existe terras para demarcação para os índios. O Sr. Írio  
185 Conti reforça que o Governo tem que se sensibilizar para um debate mais amplo sobre o  
186 assunto e questiona ao Sr. Arnaldo Campos qual seria a melhor forma de fazer essa  
187 sensibilização junto ao Governo. O Sr. Anastácio Peralta questiona uma forma de inserir a  
188 questão de demarcação de terras indígenas no documento. O Sr. Arnaldo Campos informa  
189 que a primeira frase do item 2, Agrocombustíveis e deslocamento da produção de  
190 alimentos, não condiz com a realidade brasileira. E ainda onde se fala que” será necessário  
191 aumentar em 3,8 milhões de hectares a produção de soja para atender o B5”, ele afirma que  
192 não foi aumentada em nenhum hectare a produção de soja por conta do biodiesel, pois não  
193 é o biodiesel que aumenta a área de soja, mas sim a exportação de soja. Explica que essas  
194 informações, como estão, ficarão complicadas de se manter no documento. Informa que, às  
195 vezes, o debate fica um pouco simplista quando se discute a questão de produzir energia no  
196 próprio local ou do agricultor produzir a sua própria energia, uma vez que a produção de  
197 energia trata-se de um sistema bastante complexo. Enfatiza que o Governo está aberto ao  
198 diálogo com a sociedade e o está fazendo amplamente, afirmando que há inúmeros espaços  
199 de diálogo que não se resumem à Câmara de Diálogo. O Sr. Arthur Henrique Santos  
200 declara que se sentiu muito contente ao ver refletido no documento apresentadas várias das  
201 preocupações levantadas pelo CDES e acha interessante e muito importante a articulação  
202 entre o movimento social, o movimento sindical e o movimento da organização da  
203 Sociedade Civil para ir fortalecendo as posições em relação ao debate que acontece em  
204 todos os espaços e que fará o possível para essa articulação acontecer. A Sr.<sup>a</sup> Maria Emília  
205 propõe incluir no documento a proposta de manter a Resolução do CONAMA de proteção  
206 do Alto da Bacia do Paraguai. Reforça a necessidade de desagregar informações regionais  
207 em territórios sobre a questão de produção do alimento, como dito pelo Sr. Carlos Eduardo  
208 Leite e propõe terem esses dados desagregados também sobre outros produtos que estão na  
209 dieta alimentar e que correspondem às culturas alimentares, propondo que a CONAB, junto  
210 com outros órgãos mapeiem esses dados por regiões e também visualizem imagens de  
211 satélite do quanto estão ou não desaparecendo frutos no Brasil que são tão importantes em  
212 certas regiões. Enfatiza a importância de se articular o debate de matriz energética, com  
213 mudanças climáticas e soberania e segurança alimentar. O Sr. Renato Maluf passa aos  
214 encaminhamentos sobre o tema colocando que entendeu que as sugestões manifestadas nas  
215 intervenções feitas pelos membros do conselho não haviam sido contraditórias, com  
216 exceção da colocada pelo Sr. Arnaldo Campos sobre agrocombustíveis e deslocamento da  
217 produção de alimentos. Após pequena discussão os membros chegaram ao consenso de que  
218 quanto à questão de “aumentar em 3,8 milhões de hectares a produção de soja para atender  
219 ao B5”, não seria uma incompatibilidade de dados e sim uma questão de mudança de  
220 redação no sentido de não sugerir que o texto trata de uma produção a mais. E quanto à



221 frase que afirma que o crescimento do plantio de cana-de-açúcar vem contribuindo para  
222 comprometer a produção de alimentos básicos, é de entendimento dos membros do  
223 Conselho que não há um comprometimento macro, mas sim comprometimentos locais. Foi  
224 consenso dos membros fazerem a modificação das redações das duas afirmações de modo a  
225 traduzir o pensamento comum de todos. As demais sugestões foram incorporadas ao  
226 documento conforme solicitadas, com exceção da sugestão da Sr.<sup>a</sup> Maria Emília sobre  
227 obtenção de informações acerca do impacto dos agrocombustíveis sobre os produtos do  
228 agroextrativismo e alimentos regionais, pois o Sr. Renato Maluf propõe que o tema seja  
229 inserido na pauta do CONSEA no GT Abastecimento, o que será estudado pela mesa  
230 diretiva. A Sr.<sup>a</sup> Maria Emília propõe que a sugestão de inclusão de apoio do CONSEA à  
231 manutenção da Resolução do CONAMA no documento seja acompanhado de uma  
232 Recomendação emitida pelo CONSEA ainda no decorrer da reunião, em virtude da  
233 discussão sobre o assunto acontecer no dia 31 de outubro. A proposta de Recomendação foi  
234 aprovada por unanimidade. (DOCUMENTO ELABORADO ANEXO). 4. Informes sobre  
235 Orçamento da Segurança Alimentar e Nutricional: Balanço das propostas do CONSEA ao  
236 PLOA 2009 e execução orçamentária de 2008: A palavra foi dada a Sr.<sup>a</sup> Priscila Bochi que  
237 começa a sua fala, explicando que a proposta da apresentação é o apoio às políticas  
238 públicas que são discutidas no CONSEA, sendo uma apresentação apenas referente a  
239 orçamento, não havendo a pretensão de se analisar toda a política, ou seja, seria apenas um  
240 apoio para o debate feito no CONSEA. Informa que as propostas de ações relacionadas à  
241 Segurança Alimentar e Nutricional no Projeto de Lei do Orçamento do Governo Federal  
242 (PLOA) de 2009 foram discutidas e encaminhadas na Plenária de julho de 2008,  
243 objetivando o fortalecimento dessas ações. Os dados foram fornecidos pela SOF/MP e  
244 SPI/MP. (i) A primeira ação demandada foi o programa de aquisição de alimentos da  
245 agricultura familiar, tendo sido obtidos R\$ 775.387.687,00 alocados no MDS e MDA para  
246 uma meta de 435.716 toneladas pelo MDS e 248.759 toneladas pelo MDA. (ii) A segunda  
247 ação demandada pelo CONSEA referia-se à assistência técnica e extensão rural, tendo sido  
248 obtidos R\$ 247.982.220,00 alocados na Secretaria de Agricultura Familiar do MDA para  
249 uma meta de 941.949 agricultores familiares assistidos. (iii) A terceira ação demandada  
250 pelo CONSEA foi relativa ao programa de Abastecimento Agroalimentar executado pela  
251 CONAB, tendo sido obtidos R\$ 300.000,00. (iv) A quarta ação solicitava o incremento de  
252 recursos para o incentivo à modernização do mercado hortigranjeiro, tendo sido obtidos R\$  
253 400.000,00. (v) A quinta ação demandada pelo CONSEA foi referente à questão do semi-  
254 árido, com duas ações executadas pelo MDS: construção de cisternas para armazenamento  
255 de água do programa Um Milhão de Cisternas, tendo sido obtidos R\$ 59.196.915,00 para  
256 uma meta de 39.965 unidades construídas e o acesso à água para a produção de alimentos  
257 para o autoconsumo, tendo sido obtidos R\$ 25.000.000,00 para uma meta de 3.548  
258 estruturas implantadas. (vi) A sexta ação demandada pelo CONSEA foi a de construção e  
259 fortalecimento do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional, tendo sido obtidos  
260 R\$ 3.000.000,00. (vii) A sétima ação demandada pelo CONSEA foi a de implementação de  
261 uma estrutura e funcionamento do sistema de monitoramento, de acordo com a proposta em  
262 discussão no CONSEA, cujo recurso aumentou 18% no PLOA 2009 em comparação ao  
263 PLOA 2008. (viii) Outra proposta em relação à construção e ao fortalecimento do sistema  
264 foi ainda o apoio à mobilização da sociedade civil, incluindo o apoio a seminários e  
265 capacitações na perspectiva da construção do SISAN, apoio na realização do Encontro



266 Nacional de Segurança Alimentar em 2009, a capacitação de gestores públicos em SAN.  
267 Propõe-se, também, que sejam disponibilizados recursos para o funcionamento – recursos  
268 humanos e infra-estrutura - da Comissão Especial de Monitoramento de Violações do  
269 DHAA, que funciona no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.  
270 Informou que ainda não é possível saber se essas ações foram contempladas ou não no  
271 orçamento, porque não existem rubricas específicas para elas. Espera-se que os órgãos que  
272 receberem a demanda possam ainda responder em relação a isso. (ix) Ações para segurança  
273 alimentar e nutricional dos povos indígenas, populações negras e povos e comunidades  
274 tradicionais: 1 - Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, tendo sido  
275 obtidos R\$ 69.000.000,00 para a meta de atendimento a 400.000 famílias. 2 - Apoio a  
276 Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais,  
277 tendo sido obtidos R\$ 6.000.000,00. 3 - Reconhecimento, Demarcação de Titulação de  
278 Áreas Remanescentes de Quilombos; tendo sido obtidos R\$ 10.289.130,00 para meta de 76  
279 comunidades tituladas. 4 - Demarcação e Regularização das Terras Indígenas, tendo sido  
280 obtidos R\$ 39.000.000,00 para a meta de 21 etapas regularizadas. 5 - Promoção do  
281 Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas, tendo sido obtidos R\$ 14.000.000,00. (x) Ação  
282 para a saúde, nutrição e alimentação saudável: 1 - Alimentação e Nutrição para a Saúde –  
283 MS, tendo sido obtidos R\$ 49.600,00. 2 - Educação Alimentar e Nutricional – MDS, tendo  
284 sido obtidos R\$ 6.000.000,00. (xi) Ação para alimentação escolar, tendo sido obtidos R\$  
285 2.026.625.172,00 para contemplar toda a educação básica, incluindo o ensino médio,  
286 educação de jovens e adultos e aumento do *per capita* compatível com a inflação dos  
287 preços dos alimentos e em sintonia com a proposta de recuperação do seu valor, iniciada  
288 em 2003 com a meta de atendimento de 42.121.220 alunos. (xii) Ação para o Programa  
289 Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade, tendo sido obtidos R\$  
290 24.908.000,00. Para Pesca e Aquicultura; R\$ 64.500.000,00. Para Economia Solidária; R\$  
291 64.450.000,00. Para Reforma Agrária; R\$ 701.270.000,00. A Sr.<sup>a</sup> Priscila Bocchi informa  
292 que esses são valores considerados apenas para ações finalísticas de cada programa. Quanto  
293 à Execução Orçamentária de 2008, que foi analisada até setembro, tratando-se de um  
294 panorama muito geral de como está funcionando a execução das ações, apresenta-se o  
295 seguinte resultado: Financiamento para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186,  
296 de 2001): 37,5%; Equalização de Juros para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº  
297 8.427, de 1992): 66,9%; Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores  
298 Familiares: 6,5%; Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar: 57,3%;  
299 Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA: 0,9%; Apoio à Alimentação  
300 Escolar na Educação Básica: 90,8%; Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais  
301 Específicos: 87,4%; Alimentação e Nutrição para a Saúde: 29,7%; Reconhecimento,  
302 Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos: 27,5%; Demarcação e  
303 Regularização de Terras Indígenas: 9,9%; Construção de Cisternas para Armazenamento de  
304 Água: 53,1%; e Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo: 17,2%.  
305 Passou-se ao debate e a Sr.<sup>a</sup> Marília Leão manifesta a sua decepção, porque considera que o  
306 orçamento tenha ficado bastante aquém do que esperavam, uma vez que as propostas foram  
307 elaboradas dentro de parâmetros possíveis em discussão das principais necessidades com a  
308 Sociedade Civil e com gestores públicos que participam do CONSEA. Manifestou  
309 preocupação ainda com a execução do orçamento de 2008, onde teriam execuções muito  
310 baixas, dado a proximidade do final do ano. Propõe fazerem uma exposição ou um



311 requerimento pedindo mais explicações e ver quais são as oportunidades que terão no  
312 Congresso Nacional, visto que o orçamento está sendo votado agora e deverá ser aprovado  
313 até o final do ano, onde tentariam conseguir emendar no Congresso algumas questões que  
314 são relevantes e com viabilidade de ajustes até sua aprovação. O Sr. Renato Maluf informa  
315 que já será feita uma proposta de encaminhamento para pedir esclarecimentos sobre todos  
316 aqueles que revelam discrepâncias importantes em relação à demanda. O Sr. Silvio Porto  
317 afirma saber quem será o relator do projeto para que possam negociar diretamente com ele.  
318 E pede para incluir na política de povos e comunidades tradicionais a questão do carimbo  
319 que vai para produtos da sociobiodiversidade que está se fazendo dentro do recurso da  
320 Política de Garantia de Preços Mínimos. O Sr. Edécio Vigna informa que o Senador  
321 responsável pelo PLOA é o Senador Delcídio Amaral e enfatiza que concorda com o  
322 encaminhamento dado pelos colegas, sendo necessário enfatizar as execuções físicas. A Sr<sup>a</sup>.  
323 Albaneide Peixinho esclarece que houve um reajuste do valor orçado para o PNAE, por  
324 conta de uma revisão para menor da meta física em razão do número de alunos  
325 matriculados este ano ter sido menor do que o esperado. E que, em função desse reajuste e  
326 sem considerar um diferencial de R\$ 0,44 do Mais Educação, se atenderia a meta física  
327 estipulada com o valor orçado. Informa que acha que o CONSEA deveria se manifestar  
328 quanto à questão do Mais Educação nesses esclarecimentos que serão pedidos. 5. Terra e  
329 Direitos Patrimoniais na Ótica da Soberania e da Segurança Alimentar Nutricional. A  
330 palavra foi dada ao Sr. Paulo Santilli da FUNAI que enfatizou a importância da discussão  
331 sobre o assunto em um momento em que a atuação governamental é retomada com ímpeto,  
332 com colaboração de universidades, de pesquisadores e de vários indigenistas em todo o  
333 País. Informa que, pela primeira vez na história do País desde a década de 70, verifica-se  
334 uma reversão do declínio demográfico detectado até então e o que permitiu essa reversão  
335 foram às políticas públicas que começaram a ser estabelecidas a partir da grande  
336 mobilização da sociedade brasileira nos anos 70, que veio culminar com a Assembléia  
337 Constituinte na década seguinte. Chegamos hoje a um quadro em que temos pouco mais de  
338 12% do território nacional como terras indígenas reconhecidas. Grande parte disso ocorreu  
339 após a promulgação da nossa Constituição, que veio estabelecer novos parâmetros para a  
340 identificação e reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados, que até então era  
341 feito pela própria FUNAI e o INCRA e que hoje são estabelecidos por estudos Etnográficos  
342 e Etnohistóricos, possibilitando uma maior precisão. O Brasil possui hoje 60% das terras  
343 indígenas reconhecidas do País na Amazônia e 40% da população indígena em todas as  
344 outras regiões do País, onde temos pouco mais de 1% de extensão das terras indígenas  
345 reconhecidas. Esse desequilíbrio pode ser compreendido, uma vez que as maiores cidades e  
346 a maior densidade demográfica estão na faixa litorânea e, conseqüentemente, as maiores  
347 dificuldades para o reconhecimento oficial desses territórios indígenas onde esse custo de  
348 indenizações de regularização fundiária, não apenas financeiro, mas, sobretudo, político, é  
349 bem maior. Hoje, o que temos são frações desses territórios originalmente ocupados.  
350 Temos em torno de 653 terras indígenas oficialmente reconhecidas e cerca de 300  
351 reivindicações para reconhecimento, que, em grande parte, localizam-se nessas áreas de  
352 faixa litorânea ou na porção leste do País. Informa que terão a difícil tarefa de lidar também  
353 com outros interesses e direitos constituídos ao proceder o reconhecimento dessas terras,  
354 sejam posses, sejam títulos emitidos sobre as terras indígenas. Comenta sobre os problemas  
355 enfrentados em algumas regularizações, como a Terra do Sol, dos Guarani-Kaiowa e dos



356 Pataxós e enfatiza que esses casos demonstram claramente que os conflitos não surgem ou  
357 não são criados com o processo de regularização de reconhecimento dessas terras, mas em  
358 todos esses casos são conflitos crônicos que se estenderam e se intensificaram ao longo de  
359 todo o século 20. E que nesses momentos decisivos, nos quais esse processo de  
360 regularização fundiária avança e chega ao seu término, é que temos esse tensionamento  
361 construído, sobretudo, em termos políticos e na mídia e não no campo. A palavra foi dada a  
362 Sr.<sup>a</sup> Givânia da Silva do INCRA que informa o marco legal da política de Comunidades  
363 Quilombolas: 1988 - Constituição Federal; 1989 - Convenção 169; 2003- Decreto nº 4.887,  
364 de 20 de novembro de 2003, transfere a competência para MDA/INCRA; 2006-  
365 Consolidação regimental do serviço quilombola; 2008- Edição da Instrução Normativa  
366 INCRA nº 49, de 29 de setembro de 2008, que passa a regulamentar o procedimento.  
367 Informa que segundo o Regimento da autarquia, o papel que cabe ao INCRA frente às  
368 comunidades quilombolas é: i) identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto  
369 aos procedimentos relativos à regularização do território; ii) realizar as atividades de  
370 identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios  
371 quilombolas; iii) promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes  
372 de quilombos reclamadas pelas comunidades; iv) efetuar o cadastramento das famílias  
373 quilombolas; v) executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas e promover sua  
374 desintrusão; vi) promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório  
375 Técnico de Identificação e Delimitação – RTID; vii) propor a desapropriação ou a aquisição  
376 de áreas particulares; viii) propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a  
377 execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica; ix) propor o  
378 reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas, suscetíveis de inclusão no  
379 Programa de Reforma Agrária; x) dar suporte técnico à defesa dos interesses dos  
380 remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos  
381 procedimentos da titulação de suas terras; e xi) outras atividades decorrentes e compatíveis  
382 com suas competências. Informa alguns resultados dessa política e que essa ação de  
383 certificação não é do INCRA, mas da Fundação Cultural Palmares: Número de Certidões  
384 emitidas pela Fundação Cultural Palmares: 1038 (totalizando 1248 comunidades  
385 certificadas); Número de Processos de Regularização de Quilombos abertos no Brasil: 791;  
386 RTID's publicados: 74 (benefício a 7.152 famílias); Portarias: 31 (benefício a 3. 139  
387 famílias); Títulos: 31 - INCRA e institutos de terra estaduais conveniados (benefício a  
388 2.356 famílias). Informa também o número de processos abertos por regiões: Centro-Oeste:  
389 106; Sudeste: 179; Sul: 63; Norte: 84; e Nordeste: 359. Termina sua explanação falando  
390 sobre os desafios e quais seriam as estratégias, tanto da Sociedade Civil, como do Governo,  
391 na superação desses desafios: i) lidar com as pressões e tensões externas (câmara, senado,  
392 empresas, e outros interesses); ii) encontrar mecanismos de mediação e resolução das várias  
393 ações que paralisam os processos; iii) dar celeridade aos processos já abertos e atender as  
394 novas demandas, considerando as limitações existentes; iv) integrar a política de  
395 regularização fundiária de comunidades quilombolas com as demais políticas do governo  
396 federal, estados e municípios; v) trazer os estados para construção da política de  
397 regularização, considerando a existência de comunidades em terras públicas dos estados;  
398 vi) consolidar parcerias com as Universidades Públicas para elaborar RTID's e com o  
399 ministério público para garantir os direitos dos quilombolas. Passou-se à leitura do  
400 documento elaborado pela CP 5 e 6 do CONSEA sobre o tema, realizada pelo Sr. Antônio



401 José da Costa e Sr.<sup>a</sup> Valéria Paye Pereira. Passado ao debate, o Sr. Dourado Tapeba enfatiza  
402 a situação muito grave da questão do processo da terra indígena Tapeba no Ceará que  
403 sofreu um processo muito complicado, que foi demarcado em 1997 e teve sua demarcação  
404 anulada pelo Prefeito da Cidade com um Mandado de Segurança, já colocada como uma  
405 das recomendações. E critica a diminuição dos recursos para demarcação das terras  
406 indígenas, que foi colocado nas recomendações, os quais já são insuficientes para o País. A  
407 Sr.<sup>a</sup> Olindina Serafim solicita que seja colocada nas recomendações a garantia no cardápio  
408 escolar à cultura alimentar dos povos quilombolas e indígena. A Sr.<sup>a</sup> Brasília Ribeiro  
409 informa que, quanto à agroecologia, as comunidades indígenas têm que ter soberania para  
410 terem as suas próprias sementes, mas que precisam de sustentabilidade para isso. Ressalta  
411 também que os verdadeiros brasileiros são os índios que já estavam aqui quando da  
412 chegada dos imigrantes e que o Brasil não foi descoberto, porque já era habitado. A Sr.<sup>a</sup>  
413 Maria Emília sugere estabelecer como norma no CONSEA convidar representantes das  
414 populações, dos grupos, das sociedades que tem relação com os temas que estiverem sendo  
415 tratados no CONSEA por ser extremamente importante ter a presença dessas pessoas para  
416 enriquecimento do debate. Expõe o seu apoio a sugestão da Sr.<sup>a</sup> Brasília Ribeiro de incluir  
417 no documento a questão sobre a garantia de vida e da soberania dos povos para que eles  
418 tenham as sementes e as mudas e que sejam consideradas como patrimônio da humanidade.  
419 Sugere, ainda, dado a criação do Grupo de Trabalho de Abastecimento, a retomada do  
420 debate de abastecimento no CONSEA, incorporando nesse debate a discussão sobre o  
421 direito à biodiversidade, o direito a ter as sementes e mudas. O Sr. Silvio Porto chama  
422 atenção para pouca representação exercida pelo governo nas sessões do CONSEA e pede  
423 que seja feito um chamamento a eles, dada a importância dos temas tratados nas sessões do  
424 CONSEA. Pede que seja feita uma modificação de redação no documento na  
425 recomendação que consta da página 8, onde está escrito: “Os programas de fomento à  
426 produção...”. Entende que ao invés de usar a palavra “priorizar” deve-se dizer  
427 explicitamente que os programas sejam efetivamente desenvolvidos com base na  
428 agroecologia, ou seja, não somente na priorização, mas que seja de fato estratégia adotada.  
429 E onde está escrito “outrossim, a recuperação da fertilidade do solo, que se encontra muito  
430 degradado” deve-se modificar por “deve ser nos moldes da agroecologia”. Afirma ainda  
431 que, ao se falar da questão de variedades de sementes e mudas, sejam enfatizadas a  
432 promoção e recuperação da biodiversidade, em especial das sementes crioulas. Sugere que,  
433 ao se falar da priorização com base na agroecologia da produção, deve-se assegurar o  
434 acesso ao PAA por meio de capacitação e assessoramento técnico no sentido de dar  
435 efetivamente conta de responder as questões voltadas aos povos e comunidades  
436 tradicionais, que é a grande dificuldade. O Sr. Renato Maluf registra a presença do  
437 Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério de Desenvolvimento Social e  
438 Ministério da Integração Nacional. A Sr.<sup>a</sup> Albaneide Peixinho sugere reforçar no PL que  
439 Prefeituras e Estados possam utilizar a mais nova modalidade da alimentação escolar do  
440 Decreto PAA para a compra de alimentos dos povos indígenas e das comunidades  
441 quilombolas, uma vez que possui um artigo no qual as comunidades indígenas  
442 remanescentes podem firmar convênio diretamente com as ONGs ou entidades que  
443 representam os indígenas. O Sr. Anastácio sugere fazer um convênio com a EMBRAPA  
444 para buscar a semente crioula, tão importante para os indígenas todos os anos e fazer um  
445 levantamento geográfico sobre as sementes em suas regiões. Sugere, também, fazer um



446 modelo explicando sobre demarcação de terras na tentativa de combater o preconceito e a  
447 discriminação gerada no decorrer da história em relação aos indígenas. O Sr. Malaquias  
448 Batista pede esclarecimentos sobre a informação dada pelo representante da FUNAI  
449 relativa ao crescimento demográfico da população indígena brasileira, parecendo  
450 inconsistente que a população tenha aumentado de 70 mil para 700 mil em tão pouco  
451 tempo. Pede ainda para adotarem uma proteção de caráter legal para a questão da  
452 biodiversidade, tomando uma atitude mais genérica ao invés de proteger caso a caso. Citou  
453 o caso da rapadura do nordeste e do cupuaçu do norte. A Sr.<sup>a</sup> Ana Beatriz informa que foi  
454 elaborada no âmbito do Ministério da Saúde uma política de saúde voltada para população  
455 do campo e da floresta, que tem exatamente esse nome, e abarca os povos tradicionais e  
456 todas as populações citadas, com exceção da população indígena. Essa política será  
457 apreciada pelos Secretários Municipais e Estaduais de saúde nas suas representações na  
458 Comissão do SUS. Sugere ressaltar no documento a questão da execução das políticas  
459 públicas, também, de forma intersetorial que aproxime as realidades. O Sr. Paulo Santilli  
460 considera que as questões indígenas estão bem retratadas no documento apresentado.  
461 Enfatiza ser a questão dos Tapebas tão importante como as demais e aponta duas  
462 providências a serem tomadas para que falhas como essas não ocorram. Primeiro, a  
463 melhoria da qualidade dos relatórios e, segundo, a estimulação da criação de conselhos  
464 indígenas regionais, além da comissão nacional de política para que haja exatamente essa  
465 melhora da representatividade e da articulação das políticas indígenas. Enfatiza a  
466 dificuldade de se executar o orçamento com deficiência do quadro funcional da FUNAI,  
467 pois, mesmo tendo sido aberta uma fonte inédita nas proporções de reconhecimento dos  
468 diferentes territórios, só é possível executar orçamento com relatórios prontos, aprovados e  
469 com os laudos de vistorias feitos. Informa que esse tem sido o principal entrave no avanço  
470 na tramitação dos processos porque isso deve ser feito só com funcionários do quadro da  
471 FUNAI, não podendo ser feito por convênio, nem por pessoas das universidades. Afirma  
472 que sua fala é no sentido de retomar o direito primário à população indígena habitante no  
473 continente anteriormente à chegada dos europeus. E é por causa desse direito original dos  
474 povos indígenas que se desenvolve todo esse debate e apresentação das questões. Informa  
475 que quanto à demografia indígena, o forte aumento populacional não se deve apenas ao  
476 crescimento vegetativo da população, mas de vários processos sociais em curso. Ressalta  
477 que processos de emergência e de elaboração étnica estão num momento de efervescência  
478 em todo o País e esse é o fator da maior importância para compreender esse incremento  
479 populacional indígena. A Sr.<sup>a</sup> Givânia da Silva lembra que o apontamento do aumento de  
480 órgãos governamentais, aos quais o INCRA deve enviar a documentação pós concluída e  
481 publicada para apreciação, ocorreu em função da divisão feita pelo Ministério do Meio  
482 Ambiente que dividiu o IBAMA em dois Institutos. Informa que sentiu necessidade de que  
483 se ressalte no documento como seria essa efetivação das ações sociais voltadas para as  
484 comunidades, particularmente em relação à agenda social quilombola. Pensa que deveriam  
485 fazer uma reflexão com relação aos modelos de descentralização de recursos. A Sr.<sup>a</sup> Ana  
486 Beatriz informa que a FUNASA tem debatido a questão dos projetos não conseguirem ser  
487 empenhados, viabilizados e analisados por causa do acesso à elaboração e à assistência  
488 técnica para esses projetos. A Sr.<sup>a</sup> Valéria Paye Pereira agradece a todos que contribuíram  
489 com a elaboração do documento e chama atenção para o esvaziamento da Plenária diante de  
490 um tema tão importante. O Sr. Antônio José da Costa reforça a importância da questão da



491 irmandade entre os povos e agradece a todos que ajudaram na elaboração do documento.  
492 Observado que não houve nenhuma discordância com os adendos ao documento, o Dr.  
493 Renato Maluf conclui que o documento está aprovado com as incorporações pedidas e terá  
494 o mesmo destino do documento discutido pela manhã, devendo ser encaminhado à  
495 Presidência da República e colocado na página do CONSEA. Os movimentos, tanto dos  
496 indígenas como dos quilombolas podem fazer uso do documento como melhor entenderem.  
497 Passou-se aos Informes e Encaminhamentos das Instâncias. Foi dada a palavra à Sr.<sup>a</sup>  
498 Marília para informe da CP 1: Informa que fizeram a 8º reunião do ano, tendo duas  
499 questões importantes: 1 - construção do SISAN em que propõem preparar um documento  
500 até março de 2009 e organizar no CONSEA uma oficina de trabalho durante o mês de  
501 março, no máximo até abril, onde convidaríamos todas as Comissões, Conselheiros,  
502 algumas organizações da Sociedade Civil, representantes de governos e representantes de  
503 CONSEAs Estaduais para que possam na referida oficina construir, a partir deste  
504 documento de referência, uma proposta que poderia ser usada nos Encontros Regionais que  
505 estão sendo organizados pelos CONSEAs Estaduais. 2 - algumas demandas que a Comissão  
506 gostaria de encaminhar à Plenária para que fossem encaminhadas para a Câmara  
507 Interministerial do Sistema, fazendo uma agenda articulada e harmonizada com a Câmara,  
508 através do convite dos representantes da Câmara para a Plenária de dezembro a fim de se  
509 discutir essas formas de articulação e de relacionamento entre CONSEA e Câmara. O Sr.  
510 Renato Maluf põe em votação os encaminhamentos feitos pela CP 1 que são aprovadas por  
511 unanimidade. A Sr.<sup>a</sup> Maria Emília Pacheco fez o relato do Grupo de Trabalho da Agenda  
512 Internacional do CONSEA que faz parte da CP 2, informando terem feito duas  
513 Recomendações: 1 - recomenda a inclusão nas pautas da Cúpula do MERCOSUL e da  
514 Cúpula Latino-Americano de compromisso dos Estados as partes estabelecerem políticas  
515 regionais de soberania e segurança alimentar e nutricional e construir mecanismos de  
516 monitoramento dessas políticas, tendo como referência a promoção do direito humano à  
517 alimentação. 2 – recomenda a manutenção sem qualquer alteração da Resolução nº 1, de 5  
518 de março de 1985 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, que dispõe sobre  
519 a suspensão da concessão de licença para implantação de novas destilarias de álcool nas  
520 bacias hidrográficas localizadas no Pantanal Mato-Grossense. Informa ainda que na  
521 Comissão reafirmou a Agenda Internacional como tema da Plenária de dezembro e o Grupo  
522 de Trabalho já está preparando o tema. E também reafirmam a importância de reinstalar o  
523 Grupo de Trabalho de Água, que ficou previsto na Plenária de Recife. O Sr. Renato Maluf  
524 informa que o Presidente da ANA deve responder nos próximos dias o documento sugerido  
525 por ele. Em seguida, foram votados os encaminhamentos feitos pelo GT da Agenda  
526 Internacional do CONSEA da CP 2, sendo aprovadas por unanimidade. A Sr.<sup>a</sup> Regina fez o  
527 relato do CP 3 informando que: 1 - trataram do encaminhamento sobre a construção da  
528 metodologia em que é proposto o estabelecimento de prioridades e diretrizes para uma  
529 Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar, apontando para uma reunião  
530 extraordinária da Comissão que poderá ser um seminário para a construção desse  
531 documento, sendo prazo final para apresentação do documento a Plenária de abril. Foram  
532 indicados Conselheiros da Sociedade Civil e de Governo para acompanharem a  
533 sistematização das seis diretrizes do documento. 2 - criação do GT de Abastecimento, cuja  
534 demanda principal é dar prosseguimento aos devidos encaminhamentos à proposta que o  
535 CONSEA já fez em 2005 para uma Política Nacional de Abastecimento. 3 – Pede que a



536 presidência do CONSEA exija com urgência da ANVISA a publicação dos resultados da  
537 Consulta Pública feita a respeito da regularização da publicidade de alimentos. 4 – Pede  
538 que o documento produzido no âmbito do GT Alimentação Adequada e Saudável seja  
539 encaminhado ao Conselho Nacional de Saúde para ser utilizado por eles no debate sobre as  
540 estratégias para uma política de alimentação adequada e saudável. 5 – Pede que o CONSEA  
541 protagonize a instalação de um GT para regulamentação da publicidade de alimentos em  
542 uma agenda formal do Presidente do CONSEA com o Ministro da Saúde. 6 – aprovação de  
543 uma Moção a pedido do Sr. Malaquias sobre o documento aprovado no Congresso Mundial  
544 de Epidemiologia, realizado em setembro em Porto Alegre, sobre a regulamentação da  
545 propaganda de alimentos. 7 - agendar o tema Programa Bolsa Família em uma Plenária  
546 seqüente para que possam estar trabalhando os encaminhamentos que estão sendo  
547 propostos no âmbito da Comissão três e quatro. 8 – instalação de um protocolo de  
548 procedimentos sobre os encaminhamentos do CONSEA em direção à Casa Civil e os  
549 Ministérios no sentido de estabelecer um prazo de retorno dessas respostas e mecanismos  
550 de controlar e monitorar a implementação das sugestões que o CONSEA vem fazendo. 9 –  
551 Pede que seja instalada na página do CONSEA uma área restrita onde possamos ter acesso  
552 aos diferentes documentos que vem sendo produzidos pelas instâncias e as apresentações  
553 para que se possa agilizar e dar suporte ao funcionamento da Comissão e da ação de todos  
554 os Conselheiros. 10 - criação de um GT de Educação Alimentar e Nutricional que foi  
555 adiado para a próxima reunião da Comissão. O Sr. Renato Maluf pôs em votação os  
556 encaminhamentos feitos pela CP 3, que foram aprovados por unanimidade.  
557 A Sr.<sup>a</sup> Elisabeta Recine fez o relato da CP 4 informando que: 1 - retomaram a discussão a  
558 respeito da metodologia de análise das políticas públicas da perspectiva dos direitos  
559 humanos, levando também a discussão aos CONSEAs Estaduais a respeito dos direitos  
560 humanos, do direito a alimentação e da criação de Comissões estaduais específicas e para  
561 isso pedem um ponto de pauta na próxima reunião dos Presidentes Estaduais. 2 – os três  
562 GTs continuam implementando os seus programas de trabalho que foram analisado: PNAE,  
563 estratégia e saúde da família e Programa Bolsa Família. Deve haver uma priorização da  
564 discussão no CONSEA do Programa Bolsa Família. O Sr. Renato Maluf propõe discutirem  
565 a respeito do tema Bolsa Família na Mesa Diretiva para ver qual o melhor momento para  
566 discussão. A Sr.<sup>a</sup> Elisabeta Recine continua seu relato: 3 - necessidade de regulamentação  
567 da publicidade de alimentos, principalmente para o público infantil, na perspectiva da  
568 garantia do direito humano para esse público e na garantia da dimensão da qualidade  
569 alimentar dentro do direito da alimentação. 4 – aprovação, como forma de apoio do  
570 CONSEA, de um pedido de Moção, feito por uma Conselheira da Comissão representante  
571 da Associação dos Portadores de Doença Celíaca, em relação a um projeto de Lei de um  
572 Deputado que quer retirar a menção de “não contém Glúten” nos rótulos de produtos. O Sr.  
573 Renato Maluf fala da sua preocupação em relação aos tipos de manifestações que o  
574 CONSEA tem recebido, uma vez que não se tem claro para quem seria enviada a Moção  
575 em questão. Explica que segundo o regulamento do CONSEA existem dois tipos de  
576 modalidade de manifestação: exposição de motivos ao Presidente da República e  
577 Resoluções que dizem respeito ao funcionamento do CONSEA. Alerta que teriam que  
578 enfrentar a discussão de incorporação ou não de manifestações do CONSEA para os  
579 poderes judiciário e legislativo e que o local apropriado para tal seria a Mesa Diretiva,  
580 propondo levar a discussão do encaminhamento dessa Moção para a próxima Mesa



## Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança  
Alimentar e Nutricional



581 Diretiva. O Sr. Silvio propõe tratar da rotulagem dos transgênicos que, segundo ele, seria  
582 mais importante. A Sr.<sup>a</sup> Ana Beatriz propõe que o CONSEA se prepare para discutir sobre  
583 o tema publicidade e rotulagem de forma geral. A Sr.<sup>a</sup> Elisabeta Recine continua seu relato:  
584 5 - criação do GT para questão da publicidade. 6 - convocar a ANVISA para divulgar os  
585 resultados da Consulta Pública. 7 - a Mesa Diretiva deve discutir sobre as respostas  
586 enviadas pela Casa Civil em relação à questão do beribéri, pois as respostas demoraram a  
587 chegar e não se ativeram à pergunta. O Sr. Renato Maluf pôs em votação os  
588 encaminhamentos feitos pela CP 4, que foram aprovadas por unanimidade. O Sr, Renato  
589 Maluf informa que estará discutindo a questão da publicidade de alimentos na Mesa  
590 Diretiva para encontrar o melhor encaminhamento, dada todas as circunstâncias políticas do  
591 caso. A Sr.<sup>a</sup> Elisabeta Recine pede para que os informes das Comissões sejam feitas no  
592 início da tarde nos dias das Plenárias, em função de sua complexidade. O Sr. Renato Maluf  
593 propõe como alternativa estudarem a possibilidade de tratar de um tema por reunião e sem  
594 mais, encerra a reunião.

Brasília, 29 de outubro de 2008.

Renato S. Maluf  
Presidente

Patrus Ananias  
Secretário